



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE LICITAÇÃO

**PROCESSO LICITATORIO Nº 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2023**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 061/2022

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/20122 REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2022

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA PINTURAS DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME DEMANDA E ESPECIFICAÇÕES NO ANEXOPARTE INTEGRANTE DESTES EDITAL.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

HORÁRIO DE CREDENCIAMENTO E ENTREGA DOS ENVELOPES: DAS 09H00MIN AS 09H10MIN, E ABERTURA DA SESSÃO AS 09H10MIN DIA 05 DE MAIO DE 2023.

LOCAL DA SESSÃO: Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Munhoz, à Praça José Teodoro Serafim, 400, centro da cidade de Munhoz-MG.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Federal nº 10.520/02, Decreto Municipal 043, de 20 de agosto de 2010.

I - PREÂMBULO

1.1. O Município de Munhoz, com endereço na Praça José Teodoro Serafim, 400, Centro, CEP 37620-000, CNPJ 18.675.934/0001-99, isento de inscrição estadual, torna pública a abertura do Processo Licitatório nº 091/2023, na modalidade Pregão Presencial nº 034/2023, Registro de Preço nº 040/2023 do tipo menor preço, em atendimento as Secretarias municipais da Prefeitura Municipal, conforme descrição das especificações técnicas e demais disposições do Anexo VI que é parte integrante deste edital, regido pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº 043/10, de 20 de Agosto de 2010, Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/93, e alterações posteriores, e demais condições fixadas neste instrumento convocatório.

1.2. Os trabalhos serão conduzidos pelo servidor do Município de Munhoz, Rafaela Maria Garcia, designado Pregoeiro, e sua equipe de apoio composta pelos servidores adiante relacionados Luciene Cândida da Silva, Diego da Silva Lourenço e Izolina Dina Garcia, nomeados pela portaria 168/2021, para proceder aos trabalhos do pregão acima descritos.

II - OBJETO

2.1 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA PINTURAS DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME DMANDA E ESPECIFICAÇÕES NO ANEXOPARTE INTEGRANTE DESTES EDITAL.

2.2 As especificações estão constantes no Termo de Referência – Anexo II, pelo período de 12 (doze) meses.

III – CONSULTAS, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

3.1- Cópia deste edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Munhoz-MG, no Setor de Compras e Licitações, no horário das 09h00min às 11h00min e das 13h00min às 16h00min, no sítio eletrônico <http://munhoz.mg.gov.br> podendo ser solicitada via e-mail licitacaomunhoz2022@gmail.com e/ fax [(35) 3466 1393].

3.2- Os representantes que tiverem interesse em participar do certame obrigam-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no Diário Oficial do Município, com vista a possíveis alterações e avisos.

3.3- Impugnações aos termos do Edital poderão ser interpostas por qualquer pessoa, jurídica ou física, protocolizadas na sede do Departamento de Compras e Licitações, via e-mail, via correio e sito no Paço Municipal estabelecido à Praça José Teodoro Serafim, 400, Centro de Munhoz-MG, CEP 37.620-000, em até



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura das propostas, dirigidas ao Pregoeiro, que deverá decidir sobre a petição no prazo de 02 (dois) dias da data de seu recebimento.

3.3.1- Será aceito pedido de impugnação ao edital via postal, e-mail, sendo que os interessados em impugnar o edital, deverão fazê-lo somente no endereço e no prazo supramencionado no item 3.3 deste Edital;

3.3.2 – Acolhida a impugnação contra o Edital, será designada nova data para realização do certame, dando conhecimento aos interessados. A mesma será enviada ao impugnante via e-mail, e será divulgada para todos os interessados no Diário dos Municípios Mineiros.

IV - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório.

4.1.1 - Participarão da sessão oficial do pregão presencial os representantes efetivamente credenciados.

4.2 - Não poderá participar da presente licitação empresa que:

4.2.1 - Estiver suspensa ou impedida de licitar ou contratar com a Administração, ou declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração;

4.2.2 - Com falência declarada, em liquidação judicial ou extrajudicial;

4.2.3 – Que tenha funcionário ou membro da Administração do Município de Munhoz, mesmo subcontratado, como dirigente, acionista detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, controlador ou responsável técnico.

4.3 - A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4.4- Não será permitida a participação de pessoa física;

4.5- O não comparecimento do representante legal da empresa da licitante não impedirá que a mesma participe normalmente do certame.

4.6- Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas do ramo pertinente ao objeto licitado, que se enquadrem, na forma da Lei, como MEI, ME ou EPP que atendam às condições de habilitação estabelecidas neste instrumento convocatório, salvo o não comparecimento de no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados naquelas condições e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório; ou caso o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não seja vantajoso para a administração pública, hipótese em que será permitida a participação das demais empresas.

4.7– Considerar-se-á como mais vantajoso para administração, independente da quantidade de MEI, ME e EPP presentes no certame, a propostas cujos preços sejam iguais ou acima de 10% menores que o menor preço apresentado por MEI, ME e EPP, hipótese que os demais licitantes poderão participar do certame.

4.7- Participarão da sessão oficial do pregão presencial os representantes efetivamente credenciados.

4.8- A participação nesta licitação é restrita às Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparados (cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488/07 ou empresário individual enquadrados nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06).

4.8-1. - Participam da sessão oficial do pregão presencial os representantes efetivamente credenciados.

4.8.2- O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei **4.8 –** Todas as partes deste Edital são complementares entre si, de tal modo que qualquer detalhe que mencione em uma delas considerar-se-á especificado e válido para todas as demais e, fazendo parte integrante dele os anexos abaixo, independente de transcrição.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

V - CREDENCIAMENTO

OBS: OS DOCUMENTOS DESTES ITENS DEVERÃO SER ENTREGUES FORA DOS ENVELOPES.

5.1. Horários de Entrega, Credenciamento e Abertura dos processos:

- a). Horário de entrega de envelopes e credenciamento: **das 09:00h as 09h10min do dia 05/05/2023.**
- b). Abertura da sessão: **09 Horas e 10 minutos, do dia 05/05/2023.**

5.1.1. Os documentos relacionados neste item (V) deverão ser entregues ao Pregoeiro fora dos envelopes para fins de credenciamento.

5.2. Os representantes dos licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro, devidamente munidos de:

- a) Carteira de identidade ou documento legal equivalente do credenciado e do sócio proprietário (s) da empresa;
- b) Carta de credenciamento conforme modelo com firma reconhecida em cartório da assinatura do dirigente, proprietário ou administrador da empresa, ou;
- c) Instrumento de mandato de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, através da qual lhe seja atribuídos poderes para apresentar proposta, formular lances, desistir ou interpor recursos e impugnações e, ainda praticar todos os atos em direito admitidos e pertinentes ao certame, em nome do licitante.
- d) O sócio, proprietário ou dirigente da empresa licitante deverá apresentar carteira de identidade ou documento legal equivalente e cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social atualizado.
- e) Cópia do Registro comercial, no caso de empresa individual ou; Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores ou; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício ou; Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- g) Declaração dos interessados ou seus representantes de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação a teor do art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/02, modelo anexo VI.

5.4. O documento de credenciamento poderá obedecer ao modelo do Anexo II e, se não o fizer, deverá conter todos os dados informativos necessários ao credenciamento.

5.5. A entrega da Carta de Credenciamento do representante credenciado, o habilitará a responder pelo licitante. Caso contrário, o representante não credenciado, não poderá manifestar-se durante a sessão pública desta licitação, ou seja, os lances.

5.6. As licitantes que se enquadrarem como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, deverão comprovar essa condição mediante apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, conforme o Art. 8º da Instrução Normativa nº 103 do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30/04/2007, sob pena de não receber tratamento previsto na Lei Complementar 123/2006.

5.7. O credenciamento do licitante ou de seu representante legal junto ao Pregoeiro implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade legal para realização das transações inerentes ao Pregão Presencial.

VI- APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA COMERCIAL E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

6.1. Os documentos de Habilitação e Proposta Comercial deverão ser entregues ao(á) Pregoeiro(a) na abertura da sessão pública deste certame, em envelopes distintos, colados e indevassáveis, sob pena de desqualificação, contendo em sua parte externa, as seguintes informações:

**AO(À) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ
PROCESSO LICITATORIO Nº 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2023
“DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO**

**AO(À) PREGOEIRO(A) DO MUNICÍPIO DE MUNHOZ
PROCESSO LICITATORIO Nº 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2023
REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2023
“PROPOSTA COMERCIAL”
RAZÃO SOCIAL E ENDEREÇO**

VII - PROPOSTA COMERCIAL

7.1. A proposta indicará o nome da empresa e deverá ser apresentada em uma via, datilografada ou processada em computador, em língua portuguesa, salvo expressões técnicas de uso correntes, conforme modelo de Proposta Comercial constante do Anexo IV, ou em modelo próprio em que conste:

7.1.1. Descrição do serviço, conforme especificações constantes no Anexo IV;

7.1.2. Preço por prestação do serviço;

7.2. O licitante poderá apresentar proposta comercial referente ao(s) item(s) que for(em) de seu interesse.

7.3. É vedada a imposição de condições ou apresentação de opções, somente sendo admitidas propostas que ofertem apenas uma origem, uma marca e um preço para cada item licitado.

7.4. O preço deverá ser cotado considerando-se:

7.4.1. A prestação do serviço licitado será dentro do Município de Munhoz, sendo disponibilizado o material necessário (tintas em geral, massa corrida e lona) para a prestação de serviço.

7.4.2. Os preços devem ser expressos em moeda corrente do país, em numeral, com 02 (duas) casas decimais.

7.5. A Proposta Comercial terá validade por, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

7.6. Toda a especificação estabelecida para o objeto ou prestação de serviços será tacitamente aceita pelo licitante, no ato da entrega de sua proposta comercial.

VIII - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. O licitante que ofertar o melhor preço deverá apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC, desde que possua a mesma linha de fornecimento do objeto licitado, para fins de habilitação no certame.

8.2. O licitante que apresentar o CRC deverá apresentar ainda, os seguintes documentos:

8.2.1 - Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante, quando esta não constar do CRC;

8.2.2 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.3. Na hipótese dos documentos relacionados no item 8.4.1 deste Título, indicados no CRC, estarem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.

8.4. O licitante que não apresentar o CRC deverá apresentar a documentação discriminada a seguir:

8.4.1. Prova de habilitação jurídica:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

8.4.1.1. Cópia da cédula de identidade do representante legal da empresa;

8.4.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

8.4.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

8.4.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

8.4.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.4.2. Prova de regularidade fiscal, conforme o caso:

8.4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

8.4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.4.2.3. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;

8.4.2.4. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;

8.4.2.5. Prova de regularidade fiscal para com tributos e contribuições federais;

8.4.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

8.4.2.7. Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;

8.4.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/11.

8.4.2.8. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

8.4.2.9. Havendo alguma restrição para comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (subitem 8.4.6), para comprovação da regularização da documentação.

8.4.3. Prova de regularidade econômico-financeira:

8.4.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante, emitida, no máximo, 60 (sessenta dias) antes da data fixada para abertura da proposta.

8.4.4. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante.

8.4.5. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

8.4.6. Prova de qualificação técnica:

8.4.6.1. Comprovação de fornecimento de bens similares em características, quantidades e prazos ao objeto da licitação, mediante apresentação de, no mínimo atestado(s) de capacidade fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

8.5. Os documentos exigidos neste instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia legível, autenticada por cartório competente, com exceção dos extraídos pela internet.

8.5.1. Serão admitidas fotocópias sem autenticação cartorial, desde que os respectivos originais sejam apresentados ao Pregoeiro ou à Equipe de Apoio para autenticação, após a protocolização;

8.5.2. Os documentos mencionados neste Título não poderão ser substituídos por qualquer tipo de protocolo, ou apresentados por meio de fitas, discos magnéticos e filmes.

8.6. Os documentos que não possuírem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, deverão ser datados dos últimos 60 (sessenta) dias até a data de abertura do Pregão.

8.7. A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste Título inabilitará o licitante, sendo aplicado o disposto no subitem 9.4.7.

8.8. Outras documentações:

8.8.1. Juntamente com os documentos de habilitação, o licitante obriga-se a declarar sob a responsabilidade de prestação de serviço ou entrega dos itens, conforme modelo do Anexo IX.

IX – PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

9.1. Após o encerramento do credenciamento e identificação dos representantes licitantes, o(a) Pregoeiro(a) declarará aberta a sessão do Pregão, oportunidade em que não mais se aceitarão novos licitantes, dando-se início ao recebimento dos envelopes contendo as Propostas Comerciais e os Documentos de Habilitação, exclusivamente dos participantes devidamente credenciados.

9.2. Classificação das Propostas Comerciais

9.2.1 - Abertos os envelopes de Propostas Comerciais, estas serão analisadas verificando o atendimento a todas as especificações e condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, sendo imediatamente desclassificadas aquelas que estiverem em desacordo.

9.2.2. O(A) Pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de menor preço por item e aquelas que tenham valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor preço, para participarem dos lances verbais.

9.2.3. Se não houver, no mínimo 03 (três) propostas comerciais nas condições definidas no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de 03 (três), para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas apresentadas.

9.2.4. Caso duas ou mais propostas fiquem empatadas, será realizado sorteio público para definir a ordem de apresentação dos lances;

9.2.5. A Licitante que desistir de sua proposta escrita está sujeita às sanções administrativas previstas neste Edital.

9.3. Lances Verbais

9.3.1. Aos licitantes classificados, será dada a oportunidade de nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais.

9.3.2. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo(a) Pregoeiro(a), implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas.

9.3.4 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

9.3.5 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas neste Edital.

9.3.6 Caso não se realizarem lances verbais, serão verificados a conformidade entre a proposta escrita e o valor estimado para contratação.

9.4. Julgamento

9.4.1. O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO POR ITEM.

9.4.2. Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o(a) Pregoeiro(a) examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

9.4.2.1. Caso não se realize lance verbal será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação.

9.4.2.2. Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita.

9.4.3. Caso a proposta mais bem classificada não seja apresentada por uma microempresa ou empresa de pequeno porte e se houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% superior à melhor proposta proceder-se-á da seguinte forma:

9.4.4. Será oportunizado o exercício do direito de preferência à microempresa ou empresa de pequeno porte, que consiste na possibilidade dela apresentar proposta de preço inferior à empresa melhor classificada que não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.4.4.1. O novo valor proposto pela microempresa ou empresa de pequeno porte deve ser apresentado após o encerramento da fase de lances, conforme convocação do(a) Pregoeiro(a), sob pena de preclusão do direito de preferência.

9.4.4.2. O lance ofertado por empresa que não esteja no uso da prerrogativa do direito de preferência, será desconsiderado pelo(a) Pregoeiro(a).

9.4.4.3. Havendo o exercício de preferência pela microempresa ou empresa de pequeno porte, o(a) Pregoeiro(a) passará à etapa prevista no subitem 9.4.8 abaixo, observando-se os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.

9.4.4.4. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital, serão convocadas a microempresa ou empresa de pequenos portes remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de 5% estabelecido no subitem 9.4.4, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.

9.4.4.5. Se houver equivalência de valores apresentados por microempresa ou empresa de pequeno porte, dentre as propostas de valor até 5% (cinco por cento) superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será realizado sorteio para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.

9.4.4.6. Na hipótese de nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte exercer o direito de preferência ou não atender às exigências do edital, a empresa não enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte que apresentou o menor preço permanece na posição de melhor classificada, iniciando-se com ela a fase de negociação.

9.4.5. Sendo aceitável a oferta de menor preço por item, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias.

9.4.6. Constatado o atendimento pleno às exigências, será declarado o licitante vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

9.4.7. Se a proposta não for aceitável ou o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação das condições de habilitação do licitante, na ordem de classificação, e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor e a ele adjudicado o objeto deste edital, para o qual apresentou proposta.

9.4.8. Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o(a) Pregoeiro(a) deverá negociar para que seja obtido melhor preço.

9.4.9. Da sessão do Pregão será lavrada ata circunstanciada, que mencionará os licitantes credenciados, as propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, a análise da documentação exigida para habilitação e os recursos interpostos, devendo ser a mesma assinada, ao final, pelo(a) Pregoeiro(a), sua Equipe de Apoio e pelo(s) representante(s) credenciado(s) do(s) licitante(s) presente(s) à sessão ou por representantes entre eles escolhidos, sendo o número mínimo de dois licitantes.

9.4.10. Ao final da sessão, caso não haja intenção de interposição de recurso e o preço final seja igual ou inferior ao previsto para a prestação de serviços será feita, pelo(a) Pregoeiro(a), a adjudicação ao licitante declarado vencedor do certame e encerrada a reunião. Posteriormente, o processo, devidamente instruído, será encaminhado para a Autoridade competente para homologação e subsequente contratação.

9.4.11. Decididos os recursos ou transcorrido *in albis* o prazo para sua interposição, o(a) Pregoeiro(a) devolverá, aos licitantes, julgados desclassificados em todos os itens, os envelopes "DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO".

X – RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, cuja síntese será lavrada em ata, sendo concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos, na sala da Comissão Permanente de Licitação.

10.1.1. As razões e contrarrazões deverão ser apresentadas exclusivamente mediante protocolo, na sede da Prefeitura Municipal de Munhoz, no horário das 09:00 às 15:00 horas, sendo aceitos quaisquer outros meios de interposição, tais como fax, via correio e e-mail, ou qualquer outro meio de comunicação.

10.2. O licitante poderá também apresentar as razões do recurso no ato do Pregão, as quais serão reduzidas a termo na respectiva Ata, ficando todos os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contra-razões no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da lavratura da Ata, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

10.3. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso.

10.4. Os recursos serão processados e apreciados nos termos do previsto no § 4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93.

10.5. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.6. O resultado do recurso será divulgado mediante afixação no quadro de avisos deste órgão e comunicado a todos os licitantes via fax ou correio eletrônico.

10.7. Somente serão aceitos recursos e impugnações previstos nas Leis Federais nº. 10.520/02 e 8.666/93, os quais deverão ser exclusivamente protocolados na sede da Prefeitura Municipal de Munhoz.

10.8. Serão aceitos impugnações e recursos enviados via fax, internet, correio ou qualquer outro meio de comunicação.

XI – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

11.1 - Inexistindo manifestação recursal o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto de cada item ao licitante vencedor, competindo à autoridade superior homologar o procedimento licitatório.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

11.3 - Decididos os recursos porventura interpostos, e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

XII - CONTRATAÇÃO

12.1 – Encerrado o procedimento licitatório, o representante legal da proposta vencedora será convocado para firmar o contrato conforme minuta parte integrante deste edital – Anexo VII, sob pena de decair do direito sem prejuízo de outras sanções, e, oportunamente, o termo de contrato ou instrumento equivalente e da proposta aceita.

12.2 - O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições demonstradas para habilitação para assinar o contrato.

12.3 - Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato, ou recuse-se a assiná-los, serão convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, para firmar o contrato.

11.4 - O representante legal da proposta vencedora deverá assinar o contrato, dentro do prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar do recebimento da comunicação.

12.5 - Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do contrato, decorrente desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

12.6 - Se a licitante considerada vencedora deixar de assinar o contrato no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, sem que tenha solicitado prorrogação de prazo mediante justificativa, por escrito, e aceita pelo Município de Munhoz, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, podendo optar por revogar a licitação, nos termos do art. 64, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

XIII- PAGAMENTO

13.1 - A dotação orçamentária para o exercício de 2023, destinada ao pagamento do objeto ou da prestação de serviços licitado está prevista e indicada no processo pela área competente do Município de Munhoz, sob a rubrica:

41	Manutenção das Atividades da Sec. Administração	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.02.04.122.0001.2.007 33 90 39
181	Manutenção das Ações do Ensino Fundamental	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.03.12.361.0006 2.012 33.90.39
140	Manutenção das ações da Educação Infantil - CRECHE	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.02.12.365.0005 2.089 33.90.39
153	Manutenção das Ações de Educação Infantil – PRE-ESCOLA	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.02.12.365.0005 2.092 33.90.39
294	Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.01.10.301.0013 2.023 33.90.39
295	Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.01.10.301.0013 2.023 33.90.39
293	Manutenção das Ações de Atenção Básica de Saúde	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.01.10.301.0013 2.023 33.90.39
226	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.06.12.122.0003 2.161 33.90.39
378	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.02.10.122.0013 2.063 33.90.39
460	Manutenção das Atividades da Secretaria de Assistência Social	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.07.08.122.0019 2.003 33.90.39
508	Manutenção das Ações de Proteção Social Básica	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.08.08.244.0020 2.062 33.90.39
509	Manutenção das Ações de Proteção Social Básica	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.08.08.244.0020 2.062 33.90.39
510	Manutenção das Ações de Proteção Social Básica	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.08.08.244.0020 2.062 33.90.39
471	Manutenção dos Serviços do Conselho Tutelar	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.07.08.243.0021 2.034 33.90.39
262	Manutenção, Campo, Ginásio Poliesportivo e Demais Espaços	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.07.27.812.0010 2.095 33.90.39



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

54	Manutenção do Convênio com a Polícia Civil	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.02.06.181.0001 2.002 33.90.39
428	Manutenção de Praças e Jardins	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.06.15.451.0016 2.131 33.90.39
389	Manutenção do Cemitério e Velório Municipal	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.06.04.452. 0016 2.171 33.90.39
51	Manutenção do Convênio Polícia Militar	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.02.06.181.0001 2.001 33.90.39

13.2 – Para os exercícios seguintes a despesa correrá por conta das dotações orçamentárias consignadas nos orçamentos futuros.

13.3 - O pagamento decorrente da concretização do objeto desta licitação será efetuado até 15 (quinze) dias da entrega da respectiva nota fiscal, no Depto de Finanças do Município de Munhoz, por processo legal, após a devida comprovação do fornecimento nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos.

13.4 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

13.5 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

XIV – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO

Constituem obrigações da Prefeitura Municipal de Munhoz, em especial:

14.1 – Efetuar o recebimento do objeto desta licitação mediante recibo, definitivamente, referente a parcela da obrigação contratual cumprida, que deverá corresponder ao mês comercial ou sua fração, no caso da execução ocorrer durante apenas parte do período do mês comercial.

14.2 - Efetuar o pagamento do objeto deste contrato, nos termos do item XIII deste Edital mediante Nota Fiscal devidamente atestada.

14.3. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a realização dos serviços.

XV – DAS OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE VENCEDORA

15.1. Realizar os serviços deste PREGÃO, conforme solicitação da Secretaria requisitante, obedecendo aos critérios detalhados no **Anexo I – Termo de Referência**, em total conformidade com o Edital e seus Anexos.

15.2. Ficar responsável por qualquer erro na Proposta apresentada, obrigando-se a prestar os serviços conforme exigido neste edital e em seus anexos;

15.3. Obriga-se a proponente vencedora a manter durante toda a execução da obrigação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial no tocante a regularidade perante a Fazenda, INSS e FGTS;

15.4. Paralisar, por determinação do Município de Munhoz, a execução dos serviços que não esteja de acordo com edital e seus anexos;

15.5. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas decorrentes da execução do contrato e, ainda, por todos os danos e prejuízos que causar a seus funcionários ou a terceiros em virtude de execução do presente;

15.6 - Cumprir orientação do órgão fiscalizador e/ou do executor do Contrato;

15.7- Ressarcir à Prefeitura Municipal de Munhoz quaisquer danos ou prejuízos causados em decorrência da execução dos serviços;

15.8 - Apresentar relação das pessoas credenciadas à prestação dos serviços, a qual deverá ser controlada pelo executor do Contrato e/ou pelo órgão fiscalizador.

15.9 Manter preposto, aceito pelo contratante, durante o período de vigência do Contrato, para representá-la sempre que for necessário.

XVI – DO PRAZO DE VIGÊNCIA/EXECUÇÃO

16.1. A vigência da ata de registro será de 12 (doze) meses contados da assinatura do mesmo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

16.2. Por ocasião dos serviços, caso seja detectado que o serviço não está de acordo com as especificações do objeto licitado, poderá a Administração rejeitá-lo integralmente ou em parte, obrigando-se a licitante a providenciar a correção dos serviços não aceitos imediatamente.

XVII - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520 de 17/07/2002, o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seus serviços, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municipais, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

17.2. DAS SANÇÕES PARA OS CASOS DE INADIMPLEMENTO:

De conformidade com o art. 81 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais a licitante que, injustificadamente:

- a) se recusar a receber a Ordem de Fornecimento de produtos e serviços consignados no contrato
- b) retardar total ou parcialmente a entrega dos produtos e serviços requisitados;
- c) deixar de manter atualizadas suas condições de habilitação – CRC;
- d) se recusar a cumprir com a proposta a si adjudicada;
- e) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

17.3 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a empresa fornecedora ficará sujeita às seguintes sanções:

17.3.1 – advertência (art. 87, inciso I da Lei 8.666/93), que será aplicada sempre por escrito, notificando a fornecedora sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e adoção das medidas para correção;

17.3.2 – multa (art. 87, inciso II da Lei 8.666/93) aplicáveis quando do descumprimento contratual, conforme percentuais a seguir:

- a) 0,1% (zero vírgula um por cento) calculado sobre o valor total da ordem de fornecimento (O.F.), por dia de atraso na entrega dos produtos, até o 30º (trigésimo) dia;
- b) 2% (dois por cento) calculado sobre o valor da ordem de fornecimento (O. F.), pela entrega do produto/serviço com vícios ou defeitos ou defeitos ocultos que o torne impróprio para consumo, diminua-lhe o valor ou fora das especificações contratadas;
- c) 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da O. F., pelo atraso na entrega do produto/serviço, superior a 30 (trinta) dias, com a possível rescisão contratual.
- d) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total do contrato, na hipótese da VENCEDORA injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a PREFEITURA, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

17.3.2.1- O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela PREFEITURA. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela VENCEDORA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

17.3.3 - suspensão temporária (art. 87, inciso III da Lei 8.666/93), de participar em licitações e impedimentos de contratar com a **Administração Municipal** pelo prazo de dois anos que poderá ser aplicada à empresa licitante que:

- a) for inidônea para contratar com a Administração;
- b) prestar falsa declaração, documento ou cometer fraude fiscal;
- c) entregar produtos/serviços diferentes dos licitados quanto à especificação e marca sem justificativa técnica;
- d) retardar a execução do pregão;
- e) solicitar cancelamento de item registrado.

17.3.4 - declaração de inidoneidade (art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93) para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida sua reabilitação.

17.4- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a VENCEDORA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

17.5. DA RESCISÃO DO CONTRATO:

17.5.1. A rescisão da ata de registro de Prestação de Serviços poderá ser:

17.5.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93;

17.5.1.2. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração.

17.5.2. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas nos itens 17.3.2 "c".

17.5.3. Constituem motivos para rescisão os previstos no art. 78 da Lei Federal n. 8.666/93.

17.5.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando houver sofrido.

17.5.5. A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarreta as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal n. 8.666/93.

17.6 - EXTENSÃO DAS PENALIDADES

17.6.1 - A sanção de suspensão de participar em licitação e contratar com a Administração Pública poderá ser também, aplicada àqueles que:

17.6.1.1 - Retardarem a execução do pregão;

17.6.1.2 - Demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração e;

17.6.1.3 - Fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal.

XVIII. VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO

18.1- Estima-se o valor total da contratação em **R\$ 280.883,99 (duzentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e tres reais e noventa e nove centavos).**

XIX – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

19.1. O preço dos serviços julgado vencedor será fixo e irrevogável, de acordo com a Lei n. 8.880/94 e legislação subsequente e no Decreto n. 2.271/97 e demais normas aplicáveis **pelo período de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Contrato.**

19.2 - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente para a justa remuneração dos serviços poderá ser revisada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico - financeiro inicial do contrato.

19.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

19.4. Na hipótese da contratada solicitar alteração de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos, acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de produtos, etc.

19.5. Na hipótese de solicitação de revisão de preços pela CONTRATADA, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico-financeiro, em prejuízo da Municipalidade.

19.6. Fica facultado à Prefeitura de Munhoz realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores a decisão quanto à revisão de preços solicitada pela **empresa contratada.**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

19.7. A eventual autorização da revisão de preços será concedida após a análise técnica e jurídica da Prefeitura de Munhoz, porém contemplará os serviços realizados a partir da data do protocolo do pedido no Protocolo Geral do Contratante.

19.8. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, **a contratada não poderá suspender o serviço** e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

19.9. A Prefeitura de Munhoz deverá, quando autorizada a revisão dos preços, lavrar Termo Aditivo com os preços revisados e emitir Nota de Empenho complementar inclusive para cobertura das diferenças devidas, sem juros e correção monetária, em relação aos serviços realizados após o protocolo do pedido de revisão.

19.10. O novo valor do contrato só terá validade, após parecer da comissão revisora e, para efeito de pagamento da prestação de serviço, porventura entregue entre a data do pedido de adequação, retroagirá à data do pedido de adequação formulado pela CONTRATADA.

19.11. O diferencial de preço entre a proposta inicial da CONTRATADA e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura de Munhoz na ocasião da abertura do certame, bem como eventuais descontos concedidos pela contratada, serão sempre mantidos.

19.12. Na hipótese de renovação do presente contrato, será aplicado ao valor do mesmo a correção, utilizando como índice de correção monetária o IGPM ou outro que venha a substituí-lo.

XX - DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 - O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação ou inabilitação do licitante, ou a rescisão contratual, sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis.

20.2 - A apresentação da Proposta Comercial pressupõe pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O licitante, ainda, será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Pregão Presencial, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e lances.

20.3 - Uma vez incluído no processo licitatório, nenhum documento será devolvido, salvo se original a ser substituído por cópia reprográfica autenticada ou tratar-se dos envelopes de licitantes desqualificadas e envelopes "Proposta Comercial" das licitantes inabilitadas.

20.4 - Na análise da documentação e no julgamento das propostas de preço, o(a) Pregoeiro(a) poderá, a seu critério, solicitar o assessoramento técnico de órgãos ou de profissionais especializados.

20.5 - Toda a documentação apresentada neste ato convocatório e seus anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um documento e se omita em outro, será considerado especificado e válido.

20.6 - O(a) Pregoeiro(a), no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligências junto às licitantes, destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, conforme disposto no § 3º do art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

20.7 - Se houver solicitação de documentos, estes deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório, sendo possível, ainda, a autenticação dos mesmos pelo(a) Pregoeiro(a) ou Equipe de Apoio;

20.8 - O não cumprimento da diligência poderá ensejar a inabilitação do licitante ou a desclassificação da proposta.

20.9 - As decisões da autoridade superior e do(a) Pregoeiro(a) serão publicadas por afixação no átrio da Prefeitura Municipal de Munhoz.

20.10 - A participação do licitante nesta licitação implica no conhecimento integral dos termos e condições inseridas neste instrumento convocatório, bem como das demais normas legais que disciplinam a matéria.

20.11 - A presente licitação não importa, necessariamente, em contratação, podendo o Município de Munhoz revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado, disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

20.12 - O Município de Munhoz poderá prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

20.13 - Para atender a seus interesses, o Município de Munhoz reserva-se o direito de alterar quantitativos, sem que isto implique alteração do preço por item ofertado, obedecidos os limites estabelecidos no § 1º do art. 65, da Lei Federal nº. 8.666/93.

20.15. Os pedidos de esclarecimentos sobre o edital poderão ser feitos através dos telefones (35) 3466 – 1393, ou através do e-mail licitacaomunhoz2022@gmail.com

20.16. Na contagem de prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia de início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Prefeitura Municipal de Munhoz.

20.17. Os casos omissos aplicam-se as disposições constantes das Lei 10.520/02 e 8.666/93 e demais legislação aplicável a espécie.

XXI - ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

21.1. Anexo I – Termo de Referência;

21.2. Anexo II - Modelo de Carta de Credenciamento; **Deverá ser entregue fora dos envelopes.**

21.3. Anexo III - Modelo de Declaração

21.4. Anexo IV – Modelo Proposta Comercial.

20.5. Anexo V –Modelo de Declaração de requisitos de habilitação. **Deverá ser entregue fora dos envelopes.**

20.7. Anexo VI- Modelo de Declaração micro-empresa.

20.8- Anexo VII- Minuta de Contrato

20.9- Anexo VIII – Atestado de Capacidade Técnica.

20.10- Anexo IX- Declaração de Responsabilidade de Prestação de Serviço ou entrega dos itens. (Documento de Habilitação).

Munhoz, 17 de março de 2023.

Dorival Amâncio Froes
Prefeito

Lhays Rezende Pereira
Secretaria de Saúde

Regina Celia Samara
Secretaria de Educação

Claudio Miguel Ferreira
Subdiretor de Assistência Social

Jandir Francisco Andriolli
Secretário de Obras

Maria Eugenia Prates Franco da Rocha
Gestora de Cultura e Turismo

EQUIPE DE APOIO:

Luciene Candida da Silva

Diego da Silva Lourenço

Izolina Dina Garcia



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 091/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023

REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023

1- DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA PINTURAS DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME DMANDA E ESPECIFICAÇÕES NO ANEXOPARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

Os serviços serão prestados de forma fracionada, conforme as necessidades da contratante.

2- ESPECIFICAÇÕES:

Itens com preços médios SEINFRA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA/ PREVISTO	PREÇO REFERENCIA SEINFRA UNITÁRIO METRO	PREÇO TOTAL METRO
01	Serviços de pintura (contemplando pintor e ajudante) para os prédios da Prefeitura Municipal em alvenaria com emassamento.	METRO QUADRADO		25.000	R\$ 9,30	R\$
02	Serviço de pintura (contemplando pintor e ajudante) em madeiras.	METRO QUADRADO		1.200	R\$ 12,25	R\$
03	Serviço de Pinturas (contemplando pintor e ajudante) em esquadrias de ferro.	METRO QUADRADO		1.000	R\$ 21,57	Rs
04	Serviço de Pintura agrícola para piso da Quadra Esportiva (contemplando pintor e ajudante) (quadra Escola Jose de Moura Bueno no bairro Ribeirão Fundo e quadra do Ginásio de esporte em Munhoz).	METRO QUADRADO		1.800	R\$6,73	R\$
TOTAL:						

3- JUSTIFICATIVA:

Os elementos técnicos descritos neste instrumento e em seus anexos são mínimos necessários para assegurar que os serviços se deem de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e ainda assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

As metragens indicadas representam **estimativa de serviços médio anual**, sem que haja obrigatoriedade de contratação total.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SERVIÇO

Pintura Látex PVA e Acrílica

Número de demãos: 02 (duas);

Cores: à critério da Secretaria requisitante.

Ferramentas: rolo de lã de carneiro, trincha e pincel, limpos conforme orientação do fabricante.

Base para aplicação: a base deverá estar limpa e seca, livre de óleos, fungos, restos de pintura velha, solta ou pulverulenta. Caso necessário, deverá ser aplicada uma ou duas demãos de selador e a seguir a tinta PVA, diluída em 20% de água e duas ou três demãos de tinta, espaçando as aplicações de 3 a 6 h, no mínimo. A segunda aplicação será aplicada sem diluição. Não será autorizada a aplicação de pigmentos para obtenção da cor solicitada pela fiscalização.

Generalidades: As tintas serão rigorosamente agitadas dentro das latas e periodicamente revolvidas antes de usadas. As manchas de mofo e óleos deverão ser removidas com detergente à base de amônia e água a 5%. Sempre que for corrigida a superfície com a aplicação de massa corrida (locais com perfurações e trincas), o trabalho deverá seguir as seguintes etapas:

Duas demãos de massa corrida (lixando com lixa fina entre as demãos) aplicadas com desempenadeira de aço ou espátula;

Intervalo mínimo de 6h entre as demãos;

Lixamento da última demão;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Pintura com tinta látex: em duas demãos, das superfícies já tratadas com massa corrida. Fissuras e imperfeições rasas na superfície serão corrigidas com massa corrida PVA, em camadas finas, utilizando desempenadeira lisa de aço e espátula; nesse caso, a superfície deverá ser previamente selada, com selador à base de PVA. Após o emassamento, deve-se aguardar um período de 4h para dar continuidade ao serviço de pintura. A pintura deverá ser realizada de cima para baixo. Deve ser mantida ventilação suficiente a fim de impedir a condensação do

vapor de água nas paredes durante a pintura das superfícies. Deve ser aplicada pequena quantidade de tinta, com máximo espalhamento, evitando que a tinta escorra sobre a superfície. Deverá ser obedecido um intervalo mínimo de 4h entre as demãos.

Pintura à Esmalte: As pinturas a esmalte e esmalte sintético deverão ser aplicadas na superfície seca, livre de gorduras, fungos, ferrugens, restos de pintura velha solta e pó. Será necessário aplicar a primeira demão de selador (primer), de acordo com o tipo de base em uma ou duas camadas, espaçadas de 18 a 24 h, conforme o caso. O esmalte sintético será aplicado com pincel, rolo ou revólver, diluído com solvente, se necessário, em função do tipo de base. A tinta deverá ser remisturada com frequência, durante o uso.

Superfície de Madeira: Lixamento e remoção do pó. Aplicação da primeira demão, com trincha, de acabamento fosco. Aplicação de massa corrida, caso seja necessário nivelar a superfície, em função de fendas, orifícios e outras imperfeições. Lixamento a seco com lixa n.º 1 e limpeza com pano seco. Aplicação de duas demãos de tinta esmalte.

Superfície Metálica: Remoção de pontos de ferrugem, com aplicação de escova de aço ou por processo químico, com aplicação de ácido clorídrico diluído, água de cal, etc. Aplicar em seguida uma demão de cromato de zinco (zarcão). Aplicação da tinta esmalte sintético.

O MATERIAL USADO ACIMA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ/MG IRA FORNECER SOMENTE: TINTAS EM GERAL, MASSA CORRIDA E LONAS E O MATERIAL PARA LIMPEZA DE FERRUGEM E RETIRADA DE MOFO.

4 – CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento será o definido no respectivo edital, MENOR PREÇO PÓR ITEM.

5- CONDIÇÕES GERAIS:

5.1 - A quantidade estimada é para prestação de serviço será fracionada pelo período de **12 (doze) meses**.

5.2 - A prestação de serviços será no local solicitado da Prefeitura, ou outro local indicado pela mesma, nas condições e horário informados no Edital.

5.3 - Os serviços (objeto desta licitação) deverão ser entregues/prestados em perfeitas condições, vedada a entrega com qualquer tipo de irregularidade que comprometa a integridade dos mesmos.

5.4 - O pagamento será efetuado mensalmente até o quinto dia útil a contar da prestação do serviço no mês anterior e entrega da respectiva nota fiscal e boleto/fatura, acompanhada das certidões negativas atualizadas.

5.5 A despesa decorrente desta licitação para o exercício de 2023 correrá por conta das dotações orçamentárias específicas constantes no orçamento do exercício vigente.

6- FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO E CONFERÊNCIA

6.1 – Os serviços deverão ser conferidos sob a responsabilidade da engenharia do município de Munhoz/MG, na sede da prefeitura, que recusará o recebimento se o objeto for entregue em desconformidade com esta previsão.

6.2 – O recebimento definitivo do objeto somente se efetivará com a atestação referida anteriormente.

6.3 – Prefeitura Municipal de Munhoz reserva o direito de não receber os serviços com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo, podendo aplicar as sanções cabíveis.

6.4 – No caso de imperfeições, eles serão recusados, cabendo à fornecedora substituí-los por outros com as mesmas características exigidas neste Termo, no prazo a ser determinado pela Prefeitura Municipal de Munhoz, com no máximo de 05 (cinco) dias.

7 – CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO

7.1 – O setor de Compras emitirá ordem de fornecimento, a ser encaminhada à empresa fornecedora, que não poderá ser modificada, sob pena de rescisão contratual e/ou aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.

7.2 – A partir da emissão da ordem de fornecimento, a empresa tem **05 (cinco) dias**, para início do serviço.

7.3 – No caso de recusa de matérias, pela Prefeitura Municipal de Munhoz, caberá à vencedora substituí-los, às suas expensas, no prazo de 05 (cinco) dias, independente do erro, sob pena de aplicação das sanções cabíveis, inclusive multa.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

7.4 – A Prefeitura Municipal de Munhoz reserva para si o direito de não aceitar ou receber qualquer produto em desacordo com o previsto neste Termo de Referência, ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto.

7.5 - A fornecedora se obriga a cumprir o prazo previsto ou outro que venha a ser fixado pela Prefeitura Municipal de Munhoz, assim como a observar, atender, respeitar, cumprir e fazer cumprir a legislação aplicável e a favorecer e garantir a qualidade dos produtos, preservando a Prefeitura de qualquer demanda ou reivindicação que seja de responsabilidade da contratada.

7.6 – Não será permitida a cessão de direitos do contrato e não será permitida a subcontratação.

7.7 - Não será permitida a cobrança de valores a título de habilitação de serviço.

7.8 - Para fins de elaboração de proposta e fase de lances, as empresas licitantes deverão oferecer os serviços para a Prefeitura Municipal diariamente, inclusive de segunda-feira a sexta-feira para atender as demandas decorrentes da prefeitura no mínimo de 07:00 – 17:00 horas, horário este de maior demanda dos serviços

7.9 - A empresa vencedora do certame deverá atender a demanda da Prefeitura Municipal, durante o prazo de vigência do contrato, mesmo que a quantidade de linhas, ligações, minutos, ou as unidades de serviços sejam superiores ou inferiores às utilizadas atualmente na prefeitura.

8. Penalidades Aplicáveis:

De conformidade com o art. 81 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais a licitante que, injustificadamente:

- a) se recusar a receber a Ordem de Fornecimento;
- b) retardar total ou parcialmente a prestação dos serviços;
- c) deixar de manter atualizadas suas condições de habilitação – CRC;
- d) se recusar a cumprir com a proposta a si adjudicada;
- e) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

8.1 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a empresa fornecedora ficará sujeita às seguintes sanções:

8.2.1 – advertência (art. 87, inciso I da Lei 8.666/93), que será aplicada sempre por escrito, notificando a fornecedora sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e adoção das medidas para correção;

8.2.2 – multa (art. 87, inciso II da Lei 8.666/93) aplicáveis quando do descumprimento contratual, conforme percentuais a seguir:

- a) 0,1% (zero vírgula um por cento) calculado sobre o valor total da ordem de fornecimento (O.F.), por dia de atraso na prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia;
- b) 2% (dois por cento) calculado sobre o valor da ordem de fornecimento (O. F.), pelos serviços prestados com vícios ou defeitos ocultos, que diminua-lhe o valor ou fora das especificações contratadas;
- c) 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da O. F., pelo atraso na prestação dos serviços, superior a 30 (trinta) dias, com a possível rescisão contratual.
- d) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a PREFEITURA, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

8.2.2.1- O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela PREFEITURA. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

8.2.3 - suspensão temporária (art. 87, inciso III da Lei 8.666/93), de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de dois anos que poderá ser aplicada à empresa licitante que:

- a) for inidônea para contratar com a Administração;
- b) prestar falsa declaração, documento ou cometer fraude fiscal;
- c) prestar os serviços de forma diferentes dos licitados quanto à especificação sem justificativa técnica;
- d) retardar a execução do pregão;
- e) solicitar cancelamento de item.

8.2.4 - declaração de inidoneidade (art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93) para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida sua reabilitação.

8.3- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

8.4- O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos a Fornecedora.

9. Cronograma Físico-Financeiro de desembolso: o pagamento será efetuado conforme decreto municipal nº016/2005, em até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da prestação de serviços discriminado nas respectivas ordens de fornecimento, mediante apresentação, aceitação e atestado do responsável pelo recebimento da mesma e apresentação das negativas do INSS e do FGTS.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

10. Documentos para a habilitação:

10.1. O licitante que ofertar o menor preço global deverá apresentar o Certificado de Registro Cadastral – CRC, desde que possua a mesma linha de fornecimento do objeto licitado, para fins de habilitação no certame.

10.2. O licitante que apresentar o CRC deverá apresentar ainda, os seguintes documentos:

10.2.1 - Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante, quando esta não constar do CRC;

10.2.2 - Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

10.3. Na hipótese dos documentos relacionados no item 10.2 deste Título, indicados no CRC, estarem com os prazos vencidos, deverão ser apresentados novos documentos, em vigor.

10.4- Alternativamente, o licitante poderá apresentar Certidão simplificada emitida pela junta comercial.

10.5- No caso de micro-empresas ou empresas de pequeno porte em início de atividade no ano calendário corrente, declaração de que não se enquadra na hipótese do §10 do artigo 3º da LC 123/2006;

10.6. O licitante que não apresentar o CRC deverá apresentar a documentação discriminada a seguir:

10.6.1. Prova de habilitação jurídica:

10.6.1.1. Cópia da cédula de identidade do representante legal da empresa;

10.6.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;

10.6.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

10.6.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

10.6.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.6.2. Prova de regularidade fiscal, conforme o caso:

10.6.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

10.6.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.6.2.3. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Municipal de seu domicílio;

10.6.2.4. Prova de regularidade fiscal junto à Fazenda Estadual de seu domicílio;

10.6.2.5. Prova de regularidade fiscal para com os tributos e contribuições federais;

10.6.2.6. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

10.6.2.7. Prova de regularidade fiscal junto à Seguridade Social (INSS) – CND;

10.6.2.8. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, nos termos da Lei nº 12.440/11.

10.6.2.9. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.6.2.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial será o momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para comprovação da regularização da documentação.

10.6.3. Declaração expressa de que o licitante não emprega trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, assinada pelo representante legal do licitante;

10.6.4. Prova de regularidade econômico-financeira:

10.6.4.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da Sede da pessoa Jurídica, tendo este como prazo de validade 90 (noventa dias)

10.6.5. Declaração, sob as penalidades cabíveis, de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

10.6.6. Prova de qualificação técnica:

10.6.6.1. Comprovação de fornecimento de bens similares em características, quantidades e prazos ao objeto da licitação, mediante apresentação de, no mínimo atestado(s) de capacidade fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.6.6.2 Alvará Sanitário expedido pela autoridade competente, municipal ou estadual correspondente com o objeto desta licitação, conforme art. 85 da Lei Estadual nº. 15.102, de 14 de maio de 2004;

10.6.6.3. Prova de registro ou inscrição do estabelecimento no Conselho Regional competente da sede da licitante.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

11 – DEMAIS DISPOSIÇÕES

11.1 – Todas condições do fornecimento, pagamento, responsabilidades e penalidades encontram-se previstas no Edital e na Lei 8666/93.

11.2 - Todas as consulta e esclarecimentos a cerca dos serviços e materiais deverão ser obtidos diretamente junto ao SETOR DE LICITAÇÕES do Município de Munhoz, e-mail licitacaomunhoz2022@gmail.com ou pelo telefone (35) 3466-1393, no horário de 09 às 16h30 min.

Munhoz, 17 de março de 2023.

Dorival Amâncio Froes
Prefeito

Lhays Rezende Pereira
Secretaria de Saude

Regina Celia Samara
Secretaria de Educação

Claudio Miguel Ferreira
Subdiretor de Assistência Social

Jandir Francisco Andriolli
Secretário de Obras

Maria Eugenia Prates Franco da Rocha
Gestora de Cultura e Turismo

EQUIPE DE APOIO:

Luciene Cândida da Silva

Diego da Silva Lourenço

Izolina Dina Garcia

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

**PROCESSO LICITATÓRIO N.º 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023
REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023**

Pelo presente instrumento, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador do Documento de Identidade n.º _____, para participar das reuniões relativas ao processo licitatório acima referenciado, o qual está autorizado a requerer vistas de documentos e propostas, manifestar-se em meu nome, desistir e interpor recursos, assinar propostas comerciais, rubricar documentos, assinar atas e praticar todos os atos necessários ao procedimento licitatório, a que tudo daremos por firme e valioso.

Local e data

Assinatura: _____

Obs.: Identificar o signatário



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023
REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023
DECLARAÇÃO

A empresa (razão social empresa), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO), com sede na (ENDEREÇO COMPLETO), para fins de participação no procedimento PROCESSO LICITATORIO N.º 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023, REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023 e em cumprimento a legislação e regulamentos vigentes, às quais se submete, declara que:

1. Não está impedida de contratar com a Administração Pública, direta ou indireta;
2. Não foi declarada inidônea pelo Poder Público, em nenhuma esfera;
3. Não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo;
4. Não emprega de funcionários menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 anos em qualquer outro tipo de trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos;
5. Que cumpre as normas relativas a saúde e a segurança do trabalho de seus empregados, excluindo no que se refere a este aspecto quaisquer responsabilidades da Prefeitura de Munhoz;
6. Que examinou todos os documentos apresentados, bem como as especificações técnicas, tendo tomado conhecimento do grau de dificuldade e complexidade do objeto, e que está ciente de que não poderá, sob as penas da lei, alegar desconhecimento para alteração de sua proposta ou para o cumprimento do objeto desta licitação.
7. Declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____

(Representante Legal)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023

REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023
DECLARAÇÃO

A empresa (razão social empresa), inscrita no CNPJ/MF sob nº (NÚMERO), estabelecida à _____, declara, sob as penas da Lei, para os fins requeridos no inciso VII, do artigo 4º da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação constante do item 7.0 e seus subitens do presente edital.

(LOCAL), ____ de ____ de ____.

NOME COMPLETO

OBS: Deverá ser entregue junto ao credenciamento, fora dos envelopes



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO V

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023
REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023

DECLARACAO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____, CNPJ _____ é **microempresa ou empresa de pequeno porte**, nos termos do enquadramento previsto no art. 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº123 de 14 de dezembro de 2006, não estando enquadrada em nenhuma das hipóteses do art. 3º, §4º da referida lei, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do PREGAO N.º 034/2023, realizado na Prefeitura Municipal de Munhoz

Local, _____ de _____ de 2023.

NOME DA EMPRESA:

ASSINATURA E CARIMBO

ANEXO VI - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 091/2023 PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023
REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023

Objeto da Contratação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA PINTURAS DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME DMANDA E ESPECIFICAÇÕES NO ANEXOPARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

Modelo de proposta:(NOME, INSCRIÇÃO NO CPF/MF), abaixo-assinado, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria apresentar a seguinte proposta:

Itens com preços médios SEINFRA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNID.	MARCA	QUANTIDADE ESTIMADA/ PREVISTO	PREÇO REFERENCIA SEINFRA UNITÁRIO METRO	PREÇO TOTAL METRO
01	Serviços de pintura (contemplando pintor e ajudante) para os prédios da Prefeitura Municipal em alvenaria com emassamento.	METRO QUADRADO		25.000	R\$ 9,30	R\$
02	Serviço de pintura (contemplando pintor e ajudante) em madeiras.	METRO QUADRADO		1.200	R\$ 12,25	R\$
03	Serviço de Pinturas (contemplando pintor e ajudante) em esquadrias de ferro.	METRO QUADRADO		1.000	R\$ 21,57	Rs
04	Seviço de Pintura agricla para piso da Quadra Esportiva (contemplando pintor e ajudante) (quadra Escola Jose de Moura Bueno no bairro Ribeirão Fundo e quadra do Ginásio de esporte em Munhoz).	METRO QUADRADO		1.800	R\$6,73	R\$
TOTAL:						

3- JUSTIFICATIVA:

Os elementos técnicos descritos neste instrumento e em seus anexos são mínimos necessários para assegurar que os serviços se deem de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e ainda assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

As metragens indicadas representam **estimativa de serviços médio anual**, sem que haja obrigatoriedade de contratação total.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SERVIÇO
Pintura Látex PVA e Acrílica

Número de demãos: 02 (duas);

Cores: à critério da Secretaria requisitante.

Ferramentas: rolo de lã de carneiro, trincha e pincel, limpos conforme orientação do fabricante.

Base para aplicação: a base deverá estar limpa e seca, livre de óleos, fungos, restos de pintura velha, solta ou pulverulenta. Caso necessário, deverá ser aplicada uma ou duas demãos de selador e a seguir a tinta PVA, diluída em 20% de água e duas ou três demãos de tinta, espaçando as aplicações de 3 a 6 h, no mínimo. A segunda aplicação será aplicada sem diluição. Não será autorizada a aplicação de pigmentos para obtenção da cor solicitada pela fiscalização.

Generalidades: As tintas serão rigorosamente agitadas dentro das latas e periodicamente revolvidas antes de usadas. As manchas de mofo e óleos deverão ser removidas com detergente à base de amônia e água a 5%. Sempre que for corrigida a superfície com a aplicação de massa corrida (locais com perfurações e trincas), o trabalho deverá seguir as seguintes etapas:

Duas demãos de massa corrida (lixando com lixa fina entre as demãos) aplicadas com desempenadeira de aço ou espátula;

Intervalo mínimo de 6h entre as demãos;

Lixamento da última demão;

Pintura com tinta látex: em duas demãos, das superfícies já tratadas com massa corrida. Fissuras e imperfeições rasas na superfície serão corrigidas com massa corrida PVA, em camadas finas, utilizando desempenadeira lisa de aço e espátula; nesse caso, a superfície deverá ser previamente selada, com selador à base de PVA. Após o emassamento, deve-se aguardar um período de 4h para dar continuidade ao serviço de pintura. A pintura deverá ser realizada de cima para baixo. Deve ser mantida ventilação suficiente a fim de impedir a condensação do

vapor de água nas paredes durante a pintura das superfícies. Deve ser aplicada pequena quantidade de tinta, com máximo espalhamento, evitando que a tinta escorra sobre a superfície. Deverá ser obedecido um intervalo mínimo de 4h entre as demãos.

Pintura à Esmalte: As pinturas a esmalte e esmalte sintético deverão ser aplicadas na superfície seca, livre de gorduras, fungos, ferrugens, restos de pintura velha solta e pó. Será necessário aplicar a primeira demão de selador (primer), de acordo com o tipo de base em uma ou duas camadas, espaçadas de 18 a 24 h, conforme o caso. O esmalte sintético será aplicado com pincel, rolo ou revólver, diluído com solvente, se necessário, em função do tipo de base. A tinta deverá ser remisturada com frequência, durante o uso.

Superfície de Madeira: Lixamento e remoção do pó. Aplicação da primeira demão, com trincha, de acabamento fosco. Aplicação de massa corrida, caso seja necessário nivelar a superfície, em função de fendas, orifícios e outras imperfeições. Lixamento a seco com lixa n.º 1 e limpeza com pano seco. Aplicação de duas demãos de tinta esmalte.

Superfície Metálica: Remoção de pontos de ferrugem, com aplicação de escova de aço ou por processo químico, com aplicação de ácido clorídrico diluído, água de cal, etc. Aplicar em seguida uma demão de cromato de zinco (zarcão). Aplicação da tinta esmalte sintético.

O MATERIAL USADO ACIMA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ/MG IRA FORNECER SOMENTE: TINTAS EM GERAL, MASSA CORRIDA E LONAS E O MATERIAL PARA LIMPEZA DE FERRUGEM E RETIRADA DE MOFO.

Validade da Proposta: 60 dias

Data:

Prazo início: 05 (cinco) dias a partir da emissão da Ordem de Fornecimento

Valor total desta Proposta: R\$

Nome:

CNPJ:

Endereço:

Local e data

Assinatura representante legal: _____

- Proposta a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

ANEXO VII
MINUTA DE ATA DE REGISTRO

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 091/2023

PREGÃO PRESENCIAL N.º 034/2023

REGISTRO DE PREÇO N.º 040/2023

MINUTA DE CONTRATO N.º _____

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA DE MUNHOZ E A (NOME DA CONTRATADA)

Por este instrumento contratual, de um lado a Prefeitura de Munhoz, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.675.934/001-99, com sede à Pça José Teodoro de Godói, 400, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, SR. DORIVAL AMANCIO FROES, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado a empresa (NOME COMPLETO), (QUALIFICAÇÃO E ENDEREÇO), doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si justo e acertado o presente ATA DE REGISTRO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, com fundamento na Lei 8.666/93 e suas alterações e em decorrência do Processo Administrativo nº 061/2022 Pregão nº 034/2023, Registro de Preço nº 040/2023, mediante as cláusulas e condições a seguir especificadas.

1.3- DOS FUNDAMENTOS

1.3.1- A presente contratação decorre do Procedimento Licitatório **PRC N.º 091/2023, modalidade PREGÃO N.º 034/2023, Registro de Preço nº 040/2023**, regido pela Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Lei Federal nº 8666/93, de 21/06/1993, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, e suas posteriores alterações e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos, suas alterações e demais normas aplicáveis à espécie, do objeto deste edital, e em minúcias, nos Anexos deste Instrumento, que dele fazem parte integrante e inseparável.

As partes acima qualificadas firmam o presente instrumento contratual, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLAÚSULA SEGUNDA - DO OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA PINTURAS DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME DMANDA E ESPECIFICAÇÕES NO ANEXOPARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

2.1 – Constitui objeto da presente ata de registro a Contratação de empresa para prestação de serviços conforme especificações nos anexos do edital.

2.2 As especificações estão constantes no Termo de Referência – Anexo II, pelo período de **12 (doze) meses**.

CLAÚSULA TERCEIRA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1- O valor total estimado/previsto a ser pago pela execução dos serviços é de R\$ _____.

3.1.2 - Neste preço estão incluídos todos os custos e despesas necessários ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da contratação, tais como, custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, encargos sociais, trabalhistas, seguros, benefícios e despesas indiretas, aí incluídas as despesas fiscais e o lucro da empresa, e quaisquer outros necessários ao cumprimento integral do objeto do ajuste, de modo que nenhuma outra remuneração será devida, em qualquer hipótese de responsabilidade solidária pelo pagamento de toda e qualquer despesa, direta ou indiretamente relacionada com a prestação dos serviços.

3.2- As despesas do contrato no presente exercício de 2023 serão pagas através da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

41	Manutenção das Atividades da Sec. Administração	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.02.04.122.0001.2.007 33 90 39
181	Manutenção das Ações do Ensino Fundamental	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.03.12.361.0006 2.012 33.90.39
140	Manutenção das ações da Educação Infantil - CRECHE	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.02.12.365.0005 2.089 33.90.39
153	Manutenção das Ações de Educação Infantil – PRE-ESCOLA	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.02.12.365.0005 2.092 33.90.39
294	Manutenção das Ações de Atenção Basica de Saude	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.01.10.301.0013 2.023 33.90.39
295	Manutenção das Ações de Atenção Basica de Saude	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.01.10.301.0013 2.023 33.90.39
293	Manutenção das Ações de Atenção Basica de Saude	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.01.10.301.0013 2.023 33.90.39



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

226	Manutenção das Atividades da Secretaria de Educação	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.06.12.122.0003 2.161 33.90.39
378	Manutenção das Atividades da Secretaria de Saúde	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.05.02.10.122.0013 2.063 33.90.39
460	Manutenção das Atividades Secretaria de Assistência Social	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.07.08.122.0019 2.003 33.90.39
508	Manutenção das Ações de Proteção Social Básica	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.08.08.244.0020 2.062 33.90.39
509	Manutenção das Ações de Proteção Social Básica	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.08.08.244.0020 2.062 33.90.39
510	Manutenção das Ações de Proteção Social Básica	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.08.08.244.0020 2.062 33.90.39
471	Manutenção dos Serviços do Conselho Tutelar	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.07.08.243.0021 2.034 33.90.39
262	Manutenção, Campo, Ginásio Poliesportivo e Demais Espaços	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.04.07.27.812.0010 2.095 33.90.39
54	Manutenção do Convênio com a Polícia Civil	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.02.06.181.0001 2.002 33.90.39
428	Manutenção de Praças e Jardins	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.06.15.451.0016 2.131 33.90.39
389	Manutenção do Cemitério e Velório Municipal	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.06.04.452. 0016 2.171 33.90.39
51	Manutenção do Convênio Polícia Militar	Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica	02.02.06.181.0001 2.001 33.90.39

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4.1- O prazo de vigência deste ata de registro para a execução dos serviços será de 12 (doze) meses, a contar da assinatura do ata de registro.

CLAUSULA QUINTA – DOS SERVIÇOS

5.1 - As especificações e quantitativos dos serviços estão descritas no Termo de Referência – Anexo II e na tabela.

3- JUSTIFICATIVA:

Os elementos técnicos descritos neste instrumento e em seus anexos são mínimos necessários para assegurar que os serviços se deem de forma satisfatória, com as mínimas condições técnicas e de qualidade exigidas, e ainda assegurar o gasto racional dos recursos públicos.

As metragens indicadas representam **estimativa de serviços médio anual**, sem que haja obrigatoriedade de contratação total.

CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO SERVIÇO

Pintura Látex PVA e Acrílica

Número de demãos: 02 (duas);

Cores: à critério da Secretaria requisitante.

Ferramentas: rolo de lã de carneiro, trincha e pincel, limpos conforme orientação do fabricante.

Base para aplicação: a base deverá estar limpa e seca, livre de óleos, fungos, restos de pintura velha, solta ou pulverulenta. Caso necessário, deverá ser aplicada uma ou duas demãos de selador e a seguir a tinta PVA, diluída em 20% de água e duas ou três demãos de tinta, espaçando as aplicações de 3 a 6 h, no mínimo. A segunda aplicação será aplicada sem diluição. Não será autorizada a aplicação de pigmentos para obtenção da cor solicitada pela fiscalização.

Generalidades: As tintas serão rigorosamente agitadas dentro das latas e periodicamente revolvidas antes de usadas. As manchas de mofo e óleos deverão ser removidas com detergente à base de amônia e água a 5%. Sempre que for corrigida a superfície com a aplicação de massa corrida (locais com perfurações e trincas), o trabalho deverá seguir as seguintes etapas:

Duas demãos de massa corrida (lixando com lixa fina entre as demãos) aplicadas com desempenadeira de aço ou espátula;

Intervalo mínimo de 6h entre as demãos;

Lixamento da última demão;

Pintura com tinta látex: em duas demãos, das superfícies já tratadas com massa corrida. Fissuras e imperfeições rasas na superfície serão corrigidas com massa corrida PVA, em camadas finas, utilizando desempenadeira lisa de aço e espátula; nesse caso, a superfície deverá ser previamente



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

selada, com selador à base de PVA. Após o emassamento, deve-se aguardar um período de 4h para dar continuidade ao serviço de pintura. A pintura deverá ser realizada de cima para baixo. Deve ser mantida ventilação suficiente a fim de impedir a condensação do

vapor de água nas paredes durante a pintura das superfícies. Deve ser aplicada pequena quantidade de tinta, com máximo espalhamento, evitando que a tinta escorra sobre a superfície. Deverá ser obedecido um intervalo mínimo de 4h entre as demãos.

Pintura à Esmalte: As pinturas a esmalte e esmalte sintético deverão ser aplicadas na superfície seca, livre de gorduras, fungos, ferrugens, restos de pintura velha solta e pó. Será necessário aplicar a primeira demão de selador (primer), de acordo com o tipo de base em uma ou duas camadas, espaçadas de 18 a 24 h, conforme o caso. O esmalte sintético será aplicado com pincel, rolo ou revólver, diluído com solvente, se necessário, em função do tipo de base. A tinta deverá ser remisturada com frequência, durante o uso.

Superfície de Madeira: Lixamento e remoção do pó. Aplicação da primeira demão, com trincha, de acabamento fosco. Aplicação de massa corrida, caso seja necessário nivelar a superfície, em função de fendas, orifícios e outras imperfeições. Lixamento a seco com lixa n.º 1 e limpeza com pano seco. Aplicação de duas demãos de tinta esmalte.

Superfície Metálica: Remoção de pontos de ferrugem, com aplicação de escova de aço ou por processo químico, com aplicação de ácido clorídrico diluído, água de cal, etc. Aplicar em seguida uma demão de cromato de zinco (zarcão). Aplicação da tinta esmalte sintético.

O MATERIAL USADO ACIMA A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ/MG IRA FORNECER SOMENTE: TINTAS EM GERAL, MASSA CORRIDA E LONAS E O MATERIAL PARA LIMPEZA DE FERRUGEM E RETIRADA DE MOFO.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA FORNECEDORA

6.1- Os serviços que compõem o objeto deste projeto deverão ser executados com qualidade, pontualidade e eficiência necessárias ao atendimento do interesse público.

6.2- É de responsabilidade da empresa prestadora dos serviços todo e qualquer prejuízo causado ao patrimônio da PREFEITURA MUNICIPAL ou a terceiros por qualquer de seus funcionários, representante ou preposto, mesmo na execução dos serviços ou transporte de equipamentos ou materiais, devendo ser descontado da fatura, imediatamente após a ocorrência, o valor correspondente ao prejuízo desde que comprovado o dolo.

6.3- São de responsabilidade da empresa fornecedora as obrigações sociais, trabalhistas, encargos previdenciários, inclusive seguro de acidentes de trabalho ou outro necessário, como também o ônus de indenizar todo e qualquer prejuízo pessoal ou material que possa advir direta ou indiretamente a PREFEITURA ou a terceiros, no exercício de sua atividade.

6.4- A empresa licitante vencedora deverá apresentar documentos que comprovem sua regularidade fiscal na licitação e por ocasião do faturamento no decorrer do contrato ou em outras ações de obrigações contratuais e solicitações da fiscalização contratual, comprovando o recolhimento para o quantitativo de prestadores de serviço.

6.5 – Não será permitida a cessão de direitos do contrato e não será permitida a subcontratação.

6.6 - Não será permitida a cobrança de valores a título de habilitação de serviço.

6.7 – A empresa deverá oferecer os serviços para a Prefeitura Municipal de segunda a sexta-feira das 07:00 as 17:00 a fim de atender as demandas decorrentes da prefeitura.

6.8 - A empresa vencedora do certame deverá atender a demanda da Prefeitura Municipal, durante o prazo de vigência do contrato, mesmo que a quantidade de linhas, ligações, minutos, ou as unidades de serviços sejam superiores ou inferiores às utilizadas atualmente na prefeitura.

6.9- Reconhecer o colaborador que for indicado pela Prefeitura Municipal para realizar solicitação relativa à execução do COMPROMISSO, tais como habilitação, desabilitação, alteração de planos, bloqueios, caso necessário, entre outros já descritos no termo de referência.

6.10 - A empresa deverá manter por todo o período de contrato número de telefone para receber as ligações de funcionários da prefeitura para as demandas realizadas.

6.11- Possuir banco de dados para facilitar o controle de ligações;

6.12- Os sistemas utilizados pela empresa deverão garantir qualidade das informações, além da facilidade de integração com outros sistemas já existentes junto à prefeitura.

6.13- A base de dados deverá ser disposta para arquivar os dados, as solicitações e os protocolos, através de senhas para garantir a inviolabilidade das informações, tendo acesso a estas informações apenas funcionários da empresa vencedora do certame e responsável pelo contrato junto à Prefeitura durante o período de no mínimo 05 (cinco) anos;



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS**

6.14- A empresa deverá constar no seu banco de dados em sistema uma lista com nomes que conste entre celulares e telefones fixos para auxiliar na identificação das ligações.

6.14.1 – Ao arquivar os números a empresa deverá vincular ao número no mínimo o, se o acesso é novo, e-mail do usuário, setor/centro de custo, se o número é particular do usuário ou é da prefeitura além de vincular a operadora que o número se refere.

6.15 - Não será permitida a cobrança de valores a título de habilitação de serviço para a implantação do sistema, fornecidos pela vencedora do certame;

6.17 - Comunicar ao gerenciador do Contrato, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários

6.18 - Fornecer relatório mensal em formato impressos e em formato digital conforme necessidade da Prefeitura

6.19 - Realizar uma visita presencial mensal e/ou quando for solicitado, para apresentação dos resultados e informações sobre dúvidas que poderão acontecer.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - A Prefeitura Municipal obriga-se a:

7.1.1- Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO, CONTROLE DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS.

8.1-Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, à CONTRATANTE é reservado o direito de, sem que de qualquer forma a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

8.1.1-A fiscalização da contratante terá livre acesso aos locais de execução dos serviços contratados de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado.

8.1.2-Realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica das mesmas.

8.1.3-Executar mensalmente a verificação dos serviços, descontando-se do valor devido, o equivalente a indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à contratada, sem prejuízos das demais sanções disciplinadas em contrato.

8.2-Nos termos do artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93, a fiscalização dos serviços ficará a cargo do chefe do Departamento de Administração.

8.3-Os serviços, objeto deste contrato, serão recebidos pela Prefeitura consoante o disposto no artigo 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA NONA – DAS VERIFICAÇÕES E DO PAGAMENTO

9.1- As verificações para efeito de pagamento serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

9.1.1- As verificações dos serviços serão efetuadas, a partir do primeiro dia útil posterior ao período de execução dos serviços depois de entregues pela FORNECEDORA, relatórios contendo os quantitativos mensais de cada um dos tipos de serviços realizados.

9.1.2- A Prefeitura Municipal de Munhoz solicitará à FORNECEDORA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura/boleto.

9.1.3- Serão considerados somente os serviços efetivamente realizados.

9.2- As verificações dos serviços prestados deverão ser devidamente instruídas com a documentação necessária à verificação da respectiva medição conforme descrito no item acima.

9.3- O pagamento será efetuado mensalmente até o quinto dia útil a contar da prestação do serviço no mês anterior e entrega da respectiva nota fiscal e boleto/fatura, acompanhada das certidões negativas atualizadas.

9.4- Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da contratada, fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

9.5- O pagamento será efetuado em nome da empresa licitante FORNECEDORA através de depósito bancário na conta corrente em nome do licitante ou através de boletos com código de barras.

9.6- Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA do cumprimento de suas responsabilidades contratuais nem implicará a aceitação dos serviços.

9.7- Independente da retenção do ISSQN – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, fica o responsável tributário obrigado a recolher o imposto integral, multas e demais acréscimos legais, na conformidade da legislação aplicável.

9.8- Em caso de dúvida ou divergência, a fiscalização liberará para pagamento a parte incontestada dos serviços.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1 – De conformidade com o art. 81 da Lei 8.666/93 e art. 7º da Lei 10.520/02, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas e demais cominações legais a licitante que, injustificadamente:

- a) se recusar a receber a Ordem de Fornecimento;
- b) retardar total ou parcialmente a prestação dos serviços;
- c) deixar de manter atualizadas suas condições de habilitação – CRC;
- d) se recusar a cumprir com a proposta a si adjudicada;
- e) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

10.2 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, garantida a ampla defesa, a empresa fornecedora ficará sujeita às seguintes sanções:

10.2.1 – advertência (art. 87, inciso I da Lei 8.666/93), que será aplicada sempre por escrito, notificando a fornecedora sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e adoção das medidas para correção;

10.2.2 – multa (art. 87, inciso II da Lei 8.666/93) aplicáveis quando do descumprimento contratual, conforme percentuais a seguir:

- a) 0,1% (zero vírgula um por cento) calculado sobre o valor total da ordem de fornecimento (O.F.), por dia de atraso na prestação dos serviços, até o 30º (trigésimo) dia;
- b) 2% (dois por cento) calculado sobre o valor da ordem de fornecimento (O. F.), pelos serviços prestados com vícios ou defeitos ocultos, que diminua-lhe o valor ou fora das especificações contratadas;
- c) 5% (cinco por cento) calculado sobre o valor da O. F., pelo atraso na prestação dos serviços, superior a 30 (trinta) dias, com a possível rescisão contratual.
- d) 10% (dez por cento) calculado sobre o valor total do contrato, na hipótese de a CONTRATADA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de descumprimento contratual, quando a PREFEITURA, em face de menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

10.2.2.1- O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado dos pagamentos devidos pela PREFEITURA. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela CONTRATADA no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a contar da aplicação da sanção.

10.2.3 - suspensão temporária (art. 87, inciso III da Lei 8.666/93), de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Administração Municipal pelo prazo de dois anos que poderá ser aplicada à empresa licitante que:

- a) for inidônea para contratar com a Administração;
- b) prestar falsa declaração, documento ou cometer fraude fiscal;
- c) prestar os serviços de forma diferentes dos licitados quanto à especificação sem justificativa técnica;
- d) retardar a execução do pregão;
- e) solicitar cancelamento de item.

10.2.4 - declaração de inidoneidade (art. 87, inciso IV da Lei 8.666/93) para licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida sua reabilitação.

10.3- As sanções previstas neste Capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa a CONTRATADA, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

10.4- O valor das multas aplicadas será descontado dos pagamentos devidos a Fornecedora.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1-Dar-se-á rescisão deste ajuste, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do disposto nos artigos 77 a 80 da Lei Federal 8.666/93.

11.2-A contratada não poderá ceder ou transferir o presente contrato, no todo ou em parte, a terceiro, sob pena de rescisão do mesmo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1- Fica a contratada ciente de que a assinatura deste contrato indica que tem pleno conhecimento dos elementos nele constantes, bem como de todas as suas condições gerais e peculiares, não podendo invocar qualquer desconhecimento quanto ao mesmo, como elemento impeditivo do perfeito cumprimento de seu objeto.

12.2- Integram este Contrato a proposta vencedora e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu.

12.3-Em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 79, inciso I da Lei 8.666/93, ficam reconhecidos os direitos da Administração especificados no mesmo diploma legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNHOZ
ESTADO DE MINAS GERAIS

12.4-O não cumprimento da legislação trabalhista vigente, quando constatado pelos Órgãos competentes, poderá ensejar a rescisão do ajuste, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

12.5-Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais.

12.6-A Contratada deverá comunicar à Contratante toda e qualquer alteração de seus dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que precedeu este ajuste.

12.7- Fica eleito o foro da Comarca de Bueno Brandão/MG para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

12.8- E por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinaram.

Munhoz,..... de 2023.

Prefeito Municipal
Contratante

(NOME COMPLETO)
(Nome do Representante)

TESTEMUNHAS

1- _____

2- _____

ANEXO VIII

ATESTADO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA

Atesto para fins de habilitação junto a esta empresa, Autarquias e Entidades Públicas, que a empresa
_____, CNPJ _____, estabelecida à _____, CEP _____

que referente ao fornecimento de (objeto da licitação), em geral, e sempre cumpre com presteza no tocante de preço, prazo e atendimento mesmo que por telefone, não constando até a presente data, nada que a desabone perante nossa empresa.

Vale salientar que a empresa supramencionada, está sempre à disposição para atendimento com pontualidade e dentro das especificações e quantidades combinadas.

Local, data.

Atenciosamente,

Nome do proprietário e carimbo
da empresa

ANEXO – IX

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Declaro para os devidos fins, que correspondente ao Processo Licitatório nº 091/2023, Pregão Presencial nº 034/2023, Registro de Preço nº 040/2023 para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MAO DE OBRA PARA PINTURAS DOS PREDIOS PUBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME DMANDA E ESPECIFICAÇÕES NO ANEXOPARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL**, que me comprometo a efetuar a prestação de serviço constante deste edital que deverá ser após a emissão da ordem de fornecimento, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento desta.

EMPRESA